

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis LEI FEDERAL 8.069 de 13/07/90 LEI MUNICIPAL 6.312 de 15/12/2005 CNPJ – 18.210.251/0001-66

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE PETROPOLIS. Realizada aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e quinze, com inicio às 17h50min, com a presença dos seguintes conselheiros: Luciane Bomtempo, Jorgina de Souza Francisco, Fernanda Ferreira, Sergio Luiz M. Costa, Renato Freixiela, Thiago Pires, Marilene Cunha, Márcia Sá Fortes Faria, Irmã Irma Guizzo, Letícia Cardoso, Hebe Fernandes Barbatti, Maria Clara da Cruz, Lygia Claro do Nascimento, Isabel Maia, e Adriano Cândido Pereira.

Estiveram representadas as seguintes entidades: Abemi, Afipe, AJA, APAE, Creche São Charbel, Casa da Criança, Casa São José das Oblatas, CDDH, Comac, Creche Itamarati, Creche Santa Catarina, Pestalozzi, Gaape, Meninos Cantores, Recicla Vida, Instituto Mafer, Lar N.S.das Graças, LBV, Seelyg, Creche São Francisco, Creche Santo Antonio, e Projeto gente Viva.

Estiveram também representados, os Conselhos Tutelares do Centro: Ednery, Tatiana Damaceno e Marise Brand.

# PRIMEIRO ITEM DA PAUTA – VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM:

Após verificar que havia quórum com quinze Conselheiros no total, e onze com direito a voto, a Presidente Luciane Bomtempo deu início à reunião informando que a ata do mês de junho será aprovada na próxima reunião.

#### SEGUNDO ITEM DA PAUTA - PALESTRA - "25 ANOS DO ECA":

A Presidente Luciane Bomtempo apresentou a palestrante Monica Alkimim, que foi presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente até quarta feira passada, Pedagoga, Coordenadora Regional do Movimento Nacional de Direitos Humanos, faz parte da organização dos Direitos Humanos do Projeto Legal e foi convidada pelo conselho para falar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que completou 25 anos no dia 13 de julho. A Presidente disse que o ECA foi uma marco fundamental nas políticas voltadas para crianças e adolescentes do nosso país, que foi um avanço, mas há muita coisa para ser efetivada, informou que o CMDCA de Petrópolis fará 25 anos em dezembro e também é um dos conselhos mais antigos, antes existia o Fórum da Criança e do Adolescente que funcionou paralelamente ao conselho e era muito presente, e um dos fundadores deste



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis

LEI FEDERAL 8.069 de 13/07/90 LEI MUNICIPAL 6.312 de 15/12/2005 CNPJ – 18.210.251/0001-66

movimento foi Claudio Augusto que hoje está na Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, que juntamente com a Irmã Irma foi um dos fundadores do conselho.

Informou que todos os conselhos em Petrópolis são deliberativos. desenvolvendo políticas públicas juntamente com a sociedade civil, e o avanço do CMDCA nestes últimos anos se deu com a discussão de assuntos importantes de uma maneira transparente colocando o interesse das crianças à frente de tudo, ainda mais contando com a experiência de muitos anos da vicepresidente Irmã Irma, que é uma pessoa de luta na nossa cidade. Falou da campanha Tenha Atitude de combate ao abuso e à exploração sexual contra criancas e adolescentes, que nasceu dentro do conselho, além do Programa Minha Primeira Escola criada para acompanhar de perto a questão das vagas ociosas nas escolas, todos discutidos dentro do conselho com o 3º setor que ajuda o governo avançar. Passou a palavra para Monica Alkimim, que cumprimentou a todos e presenteou a presidente e a vice com um exemplar do Caderno Legislativo da Criança e do Adolescente da Fundação Abring e a estrutura do Projeto Legal que ela faz parte. Começou sua fala informando que irá conversar um pouco sobre o estatuto, que é uma legislação que veio da militância desde a Convenção dos Direitos da Criança, o sistema primário, secundário e terciário, o Sistema de Garantia de Direitos e fechando com a questão legislativa. Fez a leitura dos direitos básicos das crianças que estão dentro da primeira parte do estatuto, que foi escrito na Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, que até hoje não se conseguiu fazer valer, que um grande ator político na sociedade brasileira foi o movimento nacional de meninos e meninas de rua, que na época da Constituinte se mobilizou e fortaleceu outros movimentos para ter uma discussão dentro da Constituinte. Com base nesta luta popular nasce o estatuto da criança, e que até hoje lutamos pela efetivação dos direitos delas. Salientou que o Sistema de Garantia de Direitos da Criança constitui-se na articulação das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, garantindo os direitos básicos como saúde, educação etc, e que as políticas voltadas para criança e adolescente devem ter o parecer do conselho, e achou muito bacana que uma política de educação passou pelo CMDCA de Petrópolis e que isso não acontece na maioria. A Presidente falou da importância da interação da sociedade civil que traz para dentro do conselho estas informações, disse que um projeto também que irá sair do CMDCA, é o atendimento na área da saúde dentro das escolas, como por exemplo; uma criança que tem problemas auditivos, visual, ou neurológico não precisará entrar em uma fila de espera, ela terá prioridade, isso porque o município tem um programa chamado PGDREM que é uma verba municipal que vai direto para as escolas. Monica



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis

LEI FEDERAL 8.069 de 13/07/90 LEI MUNICIPAL 6.312 de 15/12/2005 CNPJ – 18.210.251/0001-66

continuou sua explanação dentro dos temas propostos, falou para os conselheiros tutelares presentes que passaram na prova que estudem muito o estatuto e que eles desempenham uma função estratégica de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, que os conselheiros de direitos cabem a construção de uma sociedade de paz e de direitos de proteger esta família. Enfatizou que a família não é inimiga, porque estes jovens precisam da dela, não podemos separar e sim juntar. Sobre as Medidas Sócio educativas que são as responsabilizações, disse que é dado ao adolescente através das medidas que seu direito seja restaurado, e que ele perceba que aquele ato contra a sociedade é contra ele também. Que as unidades para internação são horríveis, verdadeiras cadeias de adolescentes, com algumas exceções, quando funciona bem a reincidência é mínima. Falou que o Brasil vive o momento dos vários planos existentes, plano decenal sócio educativo, plano de enfrentamento a violência sexual, plano do convívio familiar entre outros, e acha que são transitórios, que é preciso que uma política seja deliberada e que o CMDCA tem o poder de Lei, de forma coletiva, provocado pela sociedade civil e pelo governo. Falou da importância do conselheiro tutelar que é um agente político para defender os direitos das crianças e dos adolescentes, que é muito importante a fregüência nas reuniões do CMDCA tendo uma relação parceira de construção da política do município. Tanto o conselheiro de direitos e conselheiro tutelar, tem que ter conhecimento da área que está atuando, das normativas, das interferências e influências que ele pode ter. Salientou que o Ministério Público, o Juizado e o Conselho Tutelar, têm atribuições diferenciadas e que se completam, e que não pode existir uma visão hierárquica. Informou que o estado do Rio não tem uma Escola de Conselhos, que é um programa Federal, e acredita que para 2016 possa ser implementada, e que hoje os próprios municípios estão oferecendo o curso de capacitação após a posse. A Presidente Luciane informou a palestrante, que o curso realizado para os candidatos ao Conselho Tutelar, teve a participação do Juizado, Ministério Público, Delegados, Polícia, e os Secretários Municipais que fazem parte desta rede de atendimento, e que foi muito produtivo, e que o ambiente em Petrópolis é muito bom, não há esta hierarquização. Foi pactuado que os cursos serão permanentes para se atualizarem. Falou também que Petrópolis fez o Plano Municipal da Infância e Adolescência, com a participação da sociedade civil, junto com a Fundação Abring, e que já estamos preparando Orçamento da Criança e do Adolescente, OCA, também com a Fundação Abring. Lembrou que na Conferência foi deliberado que o plano entre na Lei Orgânica do Município.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis

LEI FEDERAL 8.069 de 13/07/90 LEI MUNICIPAL 6.312 de 15/12/2005 CNPJ – 18.210.251/0001-66

Monica Alkimim parabenizou Petrópolis pela participação das crianças na Conferência, e que foi um prazer participar da reunião e poder falar um pouco sobre o ECA.

# TRECEIRO ITEM DA PAUTA - TRABALHO DAS COMISSÕES:

# Comissão de Cadastramento e Registro de Entidades

A Presidente informou que n\u00e3o houve reuni\u00e3o ou visitas neste m\u00e9s.

# Comissão de Acompanhamento do Conselho Tutelar

A Presidente informou que n\u00e3o houve reuni\u00e3o neste m\u00e3s.

# Comissão de Orçamento e Finanças

- A Presidente informou que a Comissão reuniu-se no dia 15/07/15 para analisar os seguintes projetos referentes ao Edital 01/2015;
- 1- CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS CDDH –PROJETO: FLORESCER – ARTE – EDUCAÇÃO, CIDADANIA E ECOLOGIA – VALOR: R\$ 29.994,60 – DURAÇÃO: 10 MESES.
- 2- ASSOCIAÇÃO DA CRECHE SÃO FRANCISCO DE ASSIS PROJETO: CRIANÇA INTELIGENTE CUIDA DO MEIO AMBIENTE VALOR: R\$ 30.000,00 DURAÇÃO:12 MESES.
- 3- COLÉGIO SANTA CATARINA PROJETO: ADOLESCENTES SE ENCANTANDO COMAVIDA R\$ 30.000,00 DURAÇÃO: 12 MESES.
- 4- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE PETRÓPOLIS PROJETO: SAÚDE E ARTE VALOR: R\$ 29.986,00 DURAÇÃO: 11 MESES.
- 5- CASA SÃO JOSÉ DAS OBLATAS DE NAZARÉ PROJETO: REFEITÓRIO VALOR: R\$ 29.952,00 DURAÇÃO 24 MESES.
- 6- CENTRO EDUCACIONAL TERRA SANTA: PROJETO: ABRAÇANDO O PLANETA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E MUDANÇA DE ATITUDE VALOR: 30.000,00 DURAÇÃO: 12 MESES.
- 7- ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA MATA PROJETO: FACILITANDO A APRENDIZAGEM VALOR R\$ 27.208,10 DURAÇÃO: 11 MESES.
- 8- CRECHE SÃO JOSE DO ITAMARATI PROJETO: CRIANÇA DIGITANDO A PAZ



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis

LEI FEDERAL 8.069 de 13/07/90 LEI MUNICIPAL 6.312 de 15/12/2005 CNPJ – 18.210.251/0001-66

ENCANTA A NATUREZA – VALOR: R\$ 30.000,00 – DURAÇÃO: 12 MESES.

- 9- AJA ASSOCIAÇÃO JOVENS EM AÇÃO PROJETO: PROJETO C3 SAÚDE E BEM ESTAR ATRAVÉS DO ESPORTE - VALOR: R\$ 30.000,00 - DURAÇÃO: 12 MESES.
- 10- GAAPE GRUPO AMIGOS DOS AUTISTAS DE PETRÓPOLIS PROJETO: SAÚDE E BEM ESTAR ATRAVES DA FONOAUDIOLOGIA E INFORMÁTICA VALOR: R\$ 30.000,00 DURAÇÃO: 12 MESES.

Obs.: O Projeto da Creche Santo Antonio não foi aprovado por estar em desacordo com o Edital.

# Aprovou também os seguintes projetos de doação direcionada:

- 1- INSTITUTO DOS MENINOS CANTORES DE PETRÓPOLIS PROJETO: DANDO ASAS AO TALENTO VALOR: 10.000,00 DURAÇÃO: 12 MESES.
- 2- CRECHE SANTO ANTONIO PROJETO: EQUIPAMENTOS VALOR R\$ 6.768,00 DURAÇÃO 12 MESES.
- 3- FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO PRINCESA ISABEL PROJETO: TRABALHANDO A QUALIDADE DOS ATENDIMENTOS VALOR DO PROJETO: R\$ 68.000,00 DURAÇÃO 24 MESES.

# Aprovou ainda as seguintes prestações de contas:

- 1- CASA SÃO JOSÉ DAS OBLATAS DE NAZARÉ Prestação de contas da totalidade da subvenção concedida através do Processo nº 21810/2013 do Projeto: Cozinha Industrial.
- 2- FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO PRINCESA ISABEL Prestação final de contas da subvenção concedida através do Processo nº 3267/2014 do Projeto: Trabalhando a Qualidade dos Atendimentos.

TODOS OS PROJETOS E PRESTAÇÕES DE CONTAS FORAM APROVADOS PELA PLENÁRIA, NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA NO DIA 20/07/15.

# Comissão de Eleição do Conselho Tutelar:

 A Presidente informou que foi realizado o curso para os candidatos a Conselheiro Tutelar nos dias 17 e 18 do corrente mês, na Casa dos Conselhos. No primeiro dia tivemos abertura com a Presidente do CMDCA e palestras do Juiz Alexandre Teixeira e dos Promotores Dr. Odilon Lisboa e Dr. Vicente de Paula. Todos os candidatos



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis

LEI FEDERAL 8.069 de 13/07/90 LEI MUNICIPAL 6.312 de 15/12/2005 CNPJ – 18.210.251/0001-66

compareceram e chegaram no horário marcado. No segundo dia, tivemos a abertura feita pela Conselheira e Secretária Fernanda Ferreira, pela SETRAC, em seguida, a fala do Conselheiro Adriano pela Comissão Eleitoral. Continuando, a Conselheira Sâmea Ázara falou pela Secretaria de Educação, a Dra. Marcia Farias pela Secretaria de Saúde e Cel. Calixto Barbosa pela Secretaia de Segurança Pública. A próxima palestra foi da Promotora Dra. Maria de Lourdes Feo Polônio, seguida do Major Guilherme, representando o 26º BPM, do Delegado Titular da 106ª DP, Ney Loureiro e do Delegado Adjunto da 105ª DP, Mauricio Rodrigues. No final, foram abertos os debates e perguntas dos candidatos às autoridades presentes. A candidata Marise Moreira de Paiva Ferreira Fernandes chegou atrasada, às 8h30min. Estando assim impedida de continuar no pleito por decisão da Comissão Eleitoral, ratificada pelo MP.

## QUARTO ITEM DA PAUTA - INFORMES:

- A Presidente falou sobre o Projeto Itaú Social, e que o CMDCA está elaborando uma proposta para ser tocada pelo Governo, mas o projeto não está totalmente fechado e ela quer ver melhor, então será marcada uma reunião extraordinária para apresentação e aprovação.
- A Lei 13019 que é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que entraria em vigor no dia 30 de julho, foi adiada até janeiro de 2016.
- A Conselheira Márcia da Secretaria de Saúde falou sobre a II Caminhada Laranja e o Mamaço Imperial, que será realizado no dia 1º de agosto com saída do Palácio de Cristal às 9 horas, dando início a programação municipal da Semana Mundial de Aleitamento Materno. A mãe que amamenta e trabalha é o tema da campanha deste ano e o nosso objetivo é apoiar esta mulher. Informou que Petrópolis se inscreveu e foi selecionada, para apresentar em Brasília no Ministério da Saúde, o sucesso da campanha.
- A Presidente informou que foi feito um convênio da maternidade do Alcides Carneiro com a maternidade do Hospital Unimed que tem um banco de leite humano atendendo as crianças que estão internadas.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis LEI FEDERAL 8.069 de 13/07/90 LEI MUNICIPAL 6.312 de 15/12/2005 CNPJ – 18.210.251/0001-66

 Falou também sobre a comemoração do dia Nacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, que na oportunidade foi encenada uma peça sobre a história da princesa africana "Alafiá", que encantou o público, e será levada para as escolas municipais.

E por não haver mais nada a tratar, a Presidente encerrou a reunião às 19h30min.

# **LUCIANE MARTINS BESSA BOMTEMPO**

Presidente

**IRMA GUIZZO** 

Vice- Presidente

SUELI PORTO AZEVEDO

Secretária